

MAPA DO CAMINHO

PARA A AGENDA LEGISLATIVA SOCIOAMBIENTAL





SUMÁRIO

2	Prefácio
3	Introdução: Importância do Legislativo representativo
4	Contexto Socioambiental e os Desafios da Crise Climática no Brasil
5	Objetivo do documento
7	Metodologia
8	Eixos Prioritários da Agenda Socioambiental:
8	Eixo 1: Transição energética, ecológica e econômica;
11	Eixo 2: Proteção dos direitos dos territórios, Justiça Climática e combate ao racismo ambiental no campo, florestas e cidades;
13	Eixo 3: Inovação, Renovação, Governança e Fortalecimento Institucional;
16	Eixo 4: Orçamento e financiamento da política ambiental;
19	Eixo 5: Capacitação e Enfrentamento à desinformação;
21	Eixo 6: Defesa das florestas, animais, águas, oceanos e biomas estratégicos.
24	Estratégias para Avançar a Agenda
24	A Comunicação como trincheira na disputa pelo Futuro Climático.
25	Mobilização, narrativa e território: estratégias para avançar a agenda socioambiental.
27	Fortalecer a relação entre representantes e representados: mobilização, pressão e incidência coordenada no Legislativo.
30	Conclusões/Considerações Finais
31	Expediente
32	Grupos de Trabalho

PREFÁCIO

O Brasil vive um momento decisivo. A crise climática tem se intensificado e se tornado cada vez mais presente no cotidiano da população. O aumento de eventos climáticos extremos impõem desafios à economia, à segurança alimentar e hídrica, à saúde e às condições de vida nos territórios. Essa realidade, constante no debate público, precisa ser incorporada às prioridades das três esferas do poder. É indispensável fortalecer a capacidade do país de construir respostas à altura da urgência e da complexidade desse cenário.

O meio ambiente tem emitido sinais cada vez mais claros de que corremos contra o tempo para evitar o desequilíbrio dos ecossistemas. A frequência das ondas de calor e de frio, inundações e deslizamentos de terra, tempestades, secas, escassez de água, incêndios florestais de grande magnitude e a elevação do nível do mar revela a dimensão da crise em curso. Trata-se de eventos que impactam profundamente a sociedade, a natureza e tudo o que sustenta a vida.

Mais que um alerta, é uma realidade que já produz perdas concretas e cotidianas, com resultados duradouros nos territórios. Esses impactos não ocorrem de forma igual e exigem respostas diferentes para cada realidade socioeconômica, com escuta dos territórios e alinhamento às evidências científicas e às recomendações internacionais.

A Frente Parlamentar Mista Ambientalista do Congresso Nacional tem atuado na articulação de diferentes setores da sociedade em torno da defesa

de uma agenda ambiental comprometida com a proteção da vida, dos territórios e do futuro do país. Esse esforço se materializa na construção coletiva de propostas, no diálogo com organizações, especialistas e movimentos sociais e na busca por soluções que respondam aos desafios vividos pela população.

É nesse contexto que apresentamos o Mapa do Caminho para a Agenda Legislativa Socioambiental. O documento é fruto de um processo colaborativo, que reúne contribuições dos Grupos de Trabalho da Frente e de diversas organizações da sociedade civil, refletindo a pluralidade de vozes e experiências que compõem a agenda socioambiental brasileira.

Mais do que um diagnóstico, o mapa se propõe a ser instrumento de orientação política capaz de organizar prioridades, fortalecer a atuação legislativa e contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade e na justiça climática.

**Deputado Federal Nilto Tatto
PT/SP.**

Coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista na Câmara dos Deputados

**Senadora Eliziane Gama
PT/MA**

Coordenadora da Frente Parlamentar Mista Ambientalista no Senado Federal

INTRODUÇÃO

A IMPORTÂNCIA DO LEGISLATIVO REPRESENTATIVO

Na Legisla Brasil, partimos de uma convicção central: um Legislativo verdadeiramente representativo é condição indispensável para uma democracia saudável. É nele que a diversidade social encontra espaço legítimo para se expressar, dialogar e gerar ações concretas para orientar o futuro do país. A representação, nesse sentido, não se resume a um arranjo institucional; trata-se de um compromisso contínuo com escuta ativa, mediação qualificada de interesses e construção de consensos possíveis diante de contextos complexos e plurais.

Falar em representação é também falar sobre a atuação de parlamentares e de outros atores políticos comprometidos em compreender a sociedade em sua totalidade. Isso exige a capacidade de reconhecer diferentes realidades, dialogar com perspectivas diversas e atuar para além de posições estritamente partidárias ou ideológicas, orientados pelo interesse público.

Esse compromisso torna-se ainda mais estratégico quando se trabalha com agendas complexas, como a socioambiental. Temas dessa natureza exigem uma articulação estruturada, a incorporação de evidências científicas e a construção de respostas que sejam técnicas e legitimadas socialmente. A pluralidade de atores envolvidos demanda, portanto, processos legislativos capazes de acolher essa complexidade sem perder efetividade.

Em um país desigual como o Brasil, sabemos que um Legislativo representativo não é algo dado. Ele é construído continuamente, com responsabilidade, informação qualificada e engajamento genuíno. É nesse processo que se criam as condições para decisões mais equilibradas, capazes de responder a desafios estruturais sem perder de vista a diversidade de realidades que compõem o Brasil.

É com esse entendimento que a Legisla Brasil desenvolve soluções que conectam a sociedade civil, o Parlamento e a academia, contribuindo para a qualificação dos processos decisórios e para a construção de um ambiente institucional mais transparente, acessível e responsivo. Nosso trabalho busca fortalecer as condições estruturais para que as diferentes vozes da sociedade sejam efetivamente incorporadas às decisões do Legislativo, com legitimidade, refinamento do debate político e com aproximação dos cidadãos e cidadãs dos espaços de tomadas de decisão.

Acreditamos que a representação qualificada é o caminho mais seguro para que o Brasil construa respostas consistentes e duradouras para os desafios socioambientais. O Mapa do Caminho é a expressão desse compromisso.

Fernando Haddad Moura
Diretor Executivo da Legisla Brasil

Lana Faria
Diretora de Operações da Legisla Brasil

O PAPEL DO PARLAMENTO NA RESPOSTA À CRISE CLIMÁTICA

A emergência climática é um dos maiores desafios globais do século XXI e o Brasil, como detentor de riquíssima biodiversidade e signatário da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) tem um papel crucial a desempenhar na busca de soluções para esse enfrentamento. Especialmente neste momento de grandes mudanças na geopolítica mundial, de ataques à diplomacia e às democracias, de guerras e aumento de eventos climáticos extremos em várias regiões do Planeta.

Nesse contexto, o Parlamento brasileiro é fundamental para propor e apoiar a implementação de políticas públicas eficazes que contribuam para mitigar os impactos das mudanças climáticas. O Congresso Nacional é um dos pilares da nossa Democracia e é responsável por aprovar leis que promovam justiça climática, direitos humanos e que protejam os biomas brasileiros, que combatam o desmatamento e preservem áreas essenciais na Amazônia, na Mata Atlântica, no Pantanal, no Cerrado, na Caatinga, no Pampa e nas áreas costeira e marinha. Porém, vem caminhando no sentido contrário, atuando na flexibilização da legislação ambiental, na polarização e no radicalismo com posicionamentos que tem gerado descontentamento e descrédito junto à sociedade.

A atual legislatura é a mais anti-ambiental da história, com deputados e senadores destinando menos de 0,6% das emendas ao Orçamento de 2026 para o meio ambiente. O que evidencia a baixa prioridade da agenda ambiental e climática para as maiores bancadas do Parlamento brasileiro. O chamado Pacote da Destruição reúne mais de 70 proposições negativas ao meio ambiente e aos direitos socioambientais. Por isso, organizações civis, comunidade científica, povos originários e movimentos sociais têm atuado na resistência e na contenção de danos, em conjunto com Congressistas que integram a Frente Parlamentar Mista Ambientalista. Diante desse cenário desafiador a mobilização da sociedade e o combate à desinformação são essenciais para a defesa de políticas públicas que priorizem o meio ambiente e a sustentabilidade.

A renovação do Congresso Nacional nas eleições que se aproximam poderá resgatar junto à sociedade a importância do Parlamento para a construção de novas agendas, capazes de promover a transição energética justa, a restauração florestal, o fortalecimento da democracia e das instituições brasileiras. O engajamento do Parlamento nas pautas ambientais e de clima é essencial para garantir o futuro mais sustentável e resiliente.

Juntos podemos fazer a diferença.

Malu Ribeiro
Diretora de políticas públicas da
Fundação SOS Mata Atlântica

OBJETIVO DO DOCUMENTO

O “Mapa do Caminho para a Agenda Legislativa Socioambiental” nasce para transpor o conhecimento técnico. Traz as urgências e estratégias territoriais para o centro da política nacional. Mais do que um diagnóstico, este documento funciona como uma bússola estratégica para a atuação legislativa. Oferece caminhos na prática para que o Parlamento brasileiro exerça o papel fundamental na construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, resiliente, justo e soberano.

O QUE ESPERAR?

O mapa organiza prioridades socioambientais de forma integrada, supera a visão setorializada e ressalta a proteção do meio ambiente nos eixos vitais de funcionamento do Estado: como economia, justiça social, saúde e governança.

O Mapa do Caminho estrutura-se em:

- **Prioridades Estruturantes e Programáticas:** Aponta ações de longo prazo que alteram as bases do Estado, como reformas institucionais, marcos legais, e políticas específicas de impacto imediato nos territórios.
- **Orientação por Função Legislativa:** Traduz a pauta socioambiental para a atuação parlamentar. Na prática, mostra quais ferramentas estão ao alcance do mandato e melhor se encaixa em cada tema. Por exemplo, a elaboração de leis, a disputa do orçamento e fiscalização e/ou a produção de narrativas para o debate público.
- **Eixos Temáticos Integrados:** Apresenta direções para os desafios da transição energética, justiça climática, combate ao racismo ambiental e fortalecimento institucional. Garante coesão temática entre as diferentes frentes de atuação.
- **Estratégias de Incidência:** Oferece métodos de comunicação e mobilização para que a agenda climática saia das bolhas e ecoe nas redes e ruas, construindo base social necessária para o avanço das pautas ambientais do país

PARA QUEM É DIRECIONADO?

O Mapa do Caminho foi desenhado para servir como um referencial de consulta e ação para diversos atores do ecossistema político:

- **Parlamentares:** Oferece um direcionamento para a atuação legislativa de curto e longo prazo (4 a 8 anos), permitindo que deputados(as) e senadores(as) qualifiquem sua produção e incidência política.
- **Assessorias e Corpo Técnico:** Reconhecendo a continuidade institucional desses atores, o documento fornece subsídios técnicos e narrativas estratégicas para fundamentar pareceres, emendas e diálogos em comissões.

- **Sociedade Civil e Organizações:** Funciona como uma ferramenta de advocacy e monitoramento, permite que movimentos sociais, comunidades tradicionais e organizações ambientalistas pressionem seus representantes com base em uma narrativa conjunta e direcionada.
- **Setor Produtivo e Academia:** Estabelece uma base para o diálogo transparente entre ciência, mercado e o poder público, visando a construção de políticas públicas baseadas em evidências e que possam superar o atual modelo de desenvolvimento.
- **Aos Cidadãos:** Permite que a população compreenda os principais desafios e caminhos da agenda socioambiental, fortalecendo sua capacidade de participação, engajamento e cobrança por políticas públicas que respondam à crise climática e às desigualdades sociais.

METODOLOGIA

O Mapa do Caminho para a Agenda Legislativa Socioambiental foi construído a partir de um processo coletivo, articulado pela Assessoria Técnica Legislativa da Frente Parlamentar Mista Ambientalista e a equipe do Legisla. Contou com a colaboração dos Grupos de Trabalho da Frente Ambientalista e organizações da sociedade civil, que têm reconhecida atuação na agenda socioambiental.

A construção do documento partiu da definição prévia de diretrizes estratégicas, elaboradas pela equipe técnica da Frente Ambientalista, que orientaram o processo de escuta dos 14 grupos de trabalho (GTs). Eles são: Água, Animal, Clima, Cerrado, Empresas, Energias Renováveis, Juventudes, Mineração, Mar, Orçamento, Pantanal, Questões Urbanas e Resíduos Sólidos e Racismo Ambiental.

O trabalho foi realizado por meio de diálogo entre a assessoria técnica e os Secretários-Executivos(as) dos GTs da Frente. Cada representante trouxe análises sobre os principais desafios dos temas, a definição dos eixos estruturais, identificando os pilares em que as pautas se inserem, as percepções sobre o papel do Parlamento e as disputas narrativas envolvidas na agenda ambiental.

O processo permitiu consolidar uma leitura integrada, respeitando as especificidades de cada área e, ao mesmo tempo, estruturando uma visão comum para a atuação legislativa.

A viabilidade prática da agenda foi reforçada pela colaboração de organizações parceiras especializadas. A Frente Ambientalista foi responsável pelo texto sobre comunicação e enquadramento narrativo, o Engajamundo contribuiu com estratégias de Mobilização Social e o Nossas trouxe sua experiência a respeito da incidência política, empoderando a dimensão prática e aplicável do Mapa do Caminho.

EIXOS PRIORITÁRIOS DA AGENDA SOCIOAMBIENTAL

EIXO 1

Transição energética, ecológica e econômica

DIAGNÓSTICO

Os desafios para concretizar uma transição energética, ecológica e econômica no Brasil são imensos. As dimensões continentais e a diversidade regional do país, os modos de produção predominantes e a dependência ainda latente de combustíveis fósseis agravam a situação.

Nos últimos anos, alguns avanços têm sido registrados. Conforme dados recentes, em 2024 as fontes renováveis responderam por cerca de 88% da matriz elétrica brasileira. Também houve a instituição do Plano de Transformação Ecológica, a regulamentação do mercado de carbono, a reforma tributária e a construção da taxonomia verde. Ainda assim, tais avanços permanecem tímidos e pontuais diante da magnitude das transformações para enfrentar as mudanças climáticas..

A transição energética e ecológica exige mudanças estruturais profundas no modelo de desenvolvimento, que devem ser conduzidas sob a égide da proteção social, da preservação dos territórios indígenas e das comunidades tradicionais, com o enfrentamento da pobreza energética e das diversas desigualdades socioeconômicas presentes no país.

REALIDADE ATUAL

Apesar da forte participação de fontes renováveis na matriz elétrica, persistem desafios estruturais para a consolidação dessa transição. Entre eles destacam-se a dependência significativa de combustíveis fósseis, as desigualdades territoriais na implementação da transição energética, os gargalos de transmissão, planejamento e integração de novas tecnologias no sistema elétrico e os impactos territoriais e sociais associados à expansão de grandes projetos energéticos, especialmente em comunidades tradicionais. No campo econômico, a consolidação e implementação dos instrumentos regulatórios já instituídos ainda representam um desafio. Limita-se o avanço da transição mesmo diante das oportunidades associadas à nova economia

¹ BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Brasil gera 88% da sua energia elétrica a partir de fontes renováveis. Brasília: MME, 2025.

verde, como o hidrogênio verde, a biomassa e outras tecnologias estratégicas. Nesse contexto, a forma como o Congresso Nacional atua nessa agenda é determinante para garantir os avanços estruturais na proteção ambiental, no enfrentamento das desigualdades e na construção de uma economia sustentável.

PROPOSTAS DE AVANÇO

Neste sentido, o Congresso Nacional precisa assumir papel ativo na defesa e promoção de pautas estratégicas, estruturantes e programáticas, tais como:

- Construir, aprimorar e regulamentar instrumentos normativos que possibilitem a efetiva transição energética de forma justa;
- Promover o debate e a aprovação de marcos legais que viabilizem a redução e a superação progressiva da dependência de combustíveis fósseis;
- Garantir o acesso universal à energia a partir de fontes renováveis, buscando superar desigualdades ainda presentes no país;
- Promover mecanismos que possibilitem o desenvolvimento regional a partir das características próprias de cada território brasileiro, considerando as desigualdades existentes na estrutura da transição energética, especialmente nas dinâmicas de produção e consumo, incorporando princípios de economia circular na cadeia fotovoltaica;
- Consolidar instrumentos regulatórios voltados à economia verde, como a taxonomia verde e o mercado de carbono incluindo salvaguardas socioambientais garantindo proteção contra o greenwashing e assegurando que os recursos cheguem aos territórios que efetivamente preservam a biodiversidade;
- Incluir na agenda legislativa do Congresso Nacional a aprovação de marcos legais voltados à promoção da economia circular, à gestão de resíduos e plásticos e ao reconhecimento do valor econômico do lixo, que obriguem a logística reversa rigorosa e responsabilidade estendida do produtor na cadeia, sempre incluindo a perspectiva dos catadores e catadoras;
- Promover a transição dos modelos produtivos de forma a reduzir a exploração animal e incentivar práticas produtivas mais sustentáveis e que garantam soberania alimentar como a agricultura familiar, agroecologia e a alimentação à base de plantas.

DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

O avanço das propostas apresentadas neste eixo exige atuação coordenada no Congresso Nacional, combinando iniciativa legislativa, articulação política e mobilização social. Para isso, os mandatos parlamentares comprometidos com a agenda socioambiental podem atuar em diferentes frentes estratégicas: Fortalecer a construção de maiorias legislativas, impedir retrocessos na legislação ambiental e ampliar o debate público sobre a importância da transição ecológica no país.

Nesse sentido, destacam-se algumas frentes de atuação prioritárias para a pauta:

Ampliar a incidência legislativa, com:

- Regulamentação e aperfeiçoamento de instrumentos já aprovados, como o mercado de carbono e políticas relacionadas à transição energética;
- Avanço na construção e aprovação de marcos legais voltados à economia circular, à gestão de resíduos e ao desenvolvimento de novas tecnologias energéticas;
- Consolidação de instrumentos econômicos da transição ecológica, como a taxonomia verde e mecanismos de financiamento climático.

Intensificar a articulação política com:

- Construção de diálogo permanente entre Congresso Nacional, setor produtivo, comunidade científica e sociedade civil para viabilizar a transição energética;
- Articulação entre parlamentares de regiões produtoras de energia renovável, especialmente do Nordeste, para fortalecer coalizões políticas em torno da agenda da transição energética.

Promover uma narrativa pública estratégica que:

- Evidencie os benefícios econômicos e sociais da transição energética, destacando impactos positivos no cotidiano da população, como geração de empregos, redução de custos energéticos e desenvolvimento regional;
- Dialogue com preocupações concretas da sociedade, especialmente os impactos econômicos no custo da energia e na vida cotidiana da população;
- Estructure estratégias de comunicação capazes de serem aderidas pelo debate público e responder rapidamente a narrativas contrárias à transição energética. Utilizar dados e exemplos reais para mobilizar apoio social à agenda da transição energética justa.

EIXO 2

Proteção dos direitos dos territórios, Justiça Climática e combate ao racismo ambiental no campo, florestas e cidades

DIAGNÓSTICO

Em um país marcado por profundas desigualdades sociais, a busca por justiça climática e o combate ao racismo ambiental devem ser eixo central para o movimento ambientalista brasileiro. Os efeitos da crise climática atingem de forma desproporcional as periferias brasileiras, majoritariamente formada por pessoas negras, assim como as juventudes, povos indígenas e comunidades tradicionais. O censo demográfico de 2022 revelou que sete em cada dez brasileiros em moradias precárias são pretos, pardos ou indígenas. O Índice de Progresso Social (IPS) Brasil de 2025 destacou que as 10 cidades com pior qualidade de vida no país estão na Amazônia Legal, região onde vivem muitos povos indígenas e ribeirinhos.

É evidente que a pauta climática deve ser compreendida transversalmente junto a outros temas, como demarcação de territórios indígenas e tradicionais, direito à moradia digna, segurança hídrica e alimentar. Além disso, é fundamental reconhecer que os efeitos da crise climática recaem de forma desproporcional sobre as populações mais vulnerabilizadas, que estão entre as que menos contribuíram para o seu agravamento.

Essa realidade evidencia que os impactos não se distribuem de forma igual na sociedade. A partir dessa compreensão é que podem ser construídos caminhos coletivos para mitigar os efeitos da crise climática, de modo a combater desigualdades históricas e promover efetivamente a justiça climática no Brasil.

REALIDADE ATUAL

A conjuntura política sobre esse tema é preocupante. De um lado, os processos de titulação de territórios quilombolas e indígenas arrastam-se lentamente; de outro, interesses econômicos extrativistas avançam com força no campo da formulação de políticas públicas. Um exemplo foram as discussões sobre a implementação do marco temporal para demarcação de territórios indígenas e sobre liberar a exploração de petróleo na foz do Amazonas. Além disso, processos de flexibilização do licenciamento ambiental agravam a vulnerabilidade desses territórios ao passo que se observa uma estratégia coordenada por interesses econômicos para construir uma narrativa negacionista, especialmente em relação ao racismo ambiental.

Nesse contexto, é evidente que o Estado brasileiro ainda atua de forma reativa aos eventos climáticos extremos, o que reforça a necessidade de políticas consistentes de prevenção e adaptação, baseadas na justiça social. Do mesmo modo, promover a representatividade de populações vulnerabilizadas em espaços de tomada de decisão surge como uma forma de incorporar suas perspectivas na construção de políticas públicas.

² SANTOS, Maria Fernanda. Censo 2022: Como o racismo ambiental se reflete nos dados de saneamento e moradia. Amazônia Real, [S. l.], 14 fev. 2024.

PROPOSTAS DE AVANÇO

O Congresso Nacional tem papel central na garantia da justiça climática e no combate ao racismo ambiental no Brasil. Portanto, é necessário compromisso com pautas, como:

- Promover o debate e a aprovação de marcos legais que garantam os direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais a seus territórios como estratégia de proteção dos biomas e promoção da justiça climática;
- Ratificar e implementar o Acordo Regional sobre o Acesso à Informação, a Participação Pública e o Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú), que tramita no Senado Federal na forma do Projeto de Decreto Legislativo 934/2025;
- Aprovar e implementar o ECA Ambiental (PL 2225/2024), que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas voltadas a assegurar o direito de crianças e adolescentes ao acesso à natureza;
- Aprovar e implementar a PEC 06/2021 e a PEC 37/2021, que incluem o direito humano ao acesso à água e à terra, respectivamente, além do direito à segurança climática e ao meio ambiente equilibrado como direitos fundamentais;
- Garantir a destinação de um valor mínimo do orçamento da União voltado à políticas de adaptação e mitigação de riscos climáticos nos diferentes estados brasileiros;
- Promover mecanismos que possibilitem e incentivem a participação de pessoas negras, de periferias, as juventudes, os povos indígenas e tradicionais de diferentes regiões do Brasil na formulação de políticas climáticas;
- Promover o debate e a aprovação de marcos legais que viabilizem o acesso à educação ambiental, especialmente para a juventude;
- Incluir na agenda legislativa a criação de mecanismos de responsabilização e reparação para violações causadas por empresas em desastres ambientais

DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

Para que as propostas apresentadas neste eixo possam avançar, é necessária a atuação coordenada na articulação política e na construção de uma narrativa pública em frentes como:

³ STABILE, Amanda. Racismo ambiental no Brasil em números. Nós, Mulheres da Periferia, [S. l.], 23 mar. 2023

⁴ SALIM, Leila. Quem paga a conta? Mais afetados são os que menos contribuíram para a crise climática. Observatório do Clima, 16 mar. 2023.

Ampliar a incidência legislativa com:

- Aprovação de instrumentos que fortaleçam a participação política e institucional de pessoas negras, de periferias, das juventudes, dos povos indígenas e tradicionais na agenda climática;
- Fortalecimento de marcos legais de proteção a populações vulnerabilizadas à crise climática;

Intensificar a articulação política com:

- Ampliação do diálogo entre o parlamento e as comunidades vulnerabilizadas;
- Articulação política com frentes parlamentares que tratam de reparação e justiça racial;

Promover uma narrativa pública estratégica que:

- Evidencie a maneira desproporcional com que populações vulnerabilizadas sofrem com a crise climática, a partir da humanização das suas realidades;
- Evidencie que não há justiça climática sem combate ao racismo ambiental;
- Estructure estratégias de comunicação capazes de unir as lutas dos territórios rurais com as lutas urbanas, evidenciando sua característica de interdependência.

EIXO 3

Inovação, Renovação, Governança e Fortalecimento Institucional

DIAGNÓSTICO

O avanço da agenda socioambiental no Brasil depende do funcionamento de instituições democráticas sólidas e estruturadas, especialmente no que se refere à capacidade estatal de resposta às emergências climáticas. A crise de representatividade política e os desafios impostos pelos mecanismos, ainda insuficientes, de controle social e fiscalização institucional revelam a urgência desse eixo para a construção de um país com justiça climática e proteção socioambiental.

A incapacidade institucional de garantir espaços participativos na formulação de políticas públicas e climáticas, em geral, impacta especialmente as populações vulnerabilizadas no Brasil, como pessoas negras, jovens, povos indígenas e comunidades tradicionais. Esse cenário é agravado pela fragilidade do planejamento a longo prazo e pela sub-representação dos interesses socioambientais específicos de cada bioma brasileiro na agenda política nacional.

REALIDADE ATUAL

Nos últimos anos, há uma baixa renovação política e institucional no Brasil, especialmente no que se refere à participação de jovens e de grupos historicamente sub-representados. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mostram que a participação de jovens em partidos políticos caiu 57% em uma década. Isso revela a urgência de incorporar esses atores aos processos de formulação de políticas e tomada de decisão.

Uma pauta que merece atenção desse público e não tem é o Acordo de Escazú. Apesar de ser signatário deste instrumento, que versa sobre o acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em assuntos ambientais, o país ainda precisa aprovar no Congresso Nacional a sua ratificação para implementá-lo, revelando a necessidade de mobilização coordenada para o avanço dessa pauta.

Além disso, os órgãos federais de fiscalização e gestão ambiental enfrentam desafios centrais em relação à sua autonomia financeira e administrativa, de modo que sua atuação não fique à mercê de mudanças de governo e suscetível a possíveis interferências políticas conjunturais. Assim, o sucesso da agenda socioambiental no Brasil depende diretamente do fortalecimento da governança participativa, da transparência e do controle social sensíveis às desigualdades estruturais do país.

PROPOSTAS DE AVANÇO

É de responsabilidade do Congresso Nacional a defesa e promoção de pautas estratégicas, estruturantes e programáticas relacionadas ao eixo de Inovação, Renovação, Governança e Fortalecimento Institucional, tais como:

- Criar e fortalecer modelos de governança participativa, como plataformas digitais que permitam a participação direta de jovens e populações vulnerabilizadas na gestão pública, conferindo maior transparência e controle social na discussão sobre políticas climáticas;
- Promover o debate e a aprovação de marcos legais de reforma dos conselhos de políticas públicas e dos comitês de bacias hidrográficas para garantir paridade de gênero, raça e representação territorial;
- Ratificar e implementar o Acordo Regional sobre o Acesso à Informação, a Participação Pública e o Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú), que tramita no Senado Federal na forma do Projeto de Decreto Legislativo 934/2025);
- Garantir autonomia financeira e administrativa para os órgãos ambientais e de gestão de recursos hídricos, de modo a assegurar suas capacidades de fiscalização e implementação de políticas ambientais;
- Garantir mecanismos institucionais para a participação de pessoas negras, jovens,

⁵ RODRIGUES, Rafaela Bomfim. Em dez anos, partidos políticos perderam 57% de jovens filiados. Jornalismo IESB, 2024.

indígenas e povos de comunidades tradicionais nos processos legislativos e de tomada de decisão, a partir da criação de comissões permanentes e demais espaços deliberativos, de modo a torná-los protagonistas na produção legislativa;

- Fomentar e implementar mecanismos de transparência pública ambiental, a partir do monitoramento da aplicação de recursos ambientais por estados e municípios brasileiros;
- Criar marcos legais que incentivem a transversalidade da agenda ambiental dentro das estruturas de governo, como ministérios e secretarias, que ainda atuam de maneira fragmentada na agenda ambiental.

DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

De modo a encaminhar as propostas apresentadas neste eixo, é necessária a ampliação da incidência legislativa, a intensificação da articulação política e a promoção de uma narrativa pública unificada e estratégica em relação a este tema. Assim, destacam-se como frentes prioritárias de direcionamento estratégico:

Ampliar a incidência legislativa com:

- Avanço na construção e aprovação de marcos que institucionalizem a participação social e garantam orçamento para a implementação de políticas de gestão participativa;
- Criação de espaços institucionais permanentes para debate da agenda climática no Congresso Nacional, como uma comissão permanente de juventudes, crianças e adolescentes para pautar a ótica intergeracional no clima.

Intensificar a articulação política com:

- Promoção de qualificação temática para as assessorias parlamentares e para as equipes técnicas do Congresso Nacional;
- Fortalecimento da interlocução entre parlamentares, sociedade civil e consultorias legislativas para atuação unificada e estratégica pela agenda socioambiental.

Promover uma narrativa pública estratégica que:

- Estimule a renovação política e a participação das juventudes e de populações vulnerabilizadas nos espaços de tomada de decisão;
- Defenda o fortalecimento democrático e a estruturação das instituições como caminho para a proteção socioambiental de maneira transversal.

EIXO 4

Orçamento e financiamento da política ambiental

DIAGNÓSTICO

Os desafios para consolidar o orçamento e o financiamento da política ambiental no Brasil são profundos e estruturais, agravados pelas desigualdades territoriais e pela baixa priorização histórica no ciclo orçamentário. Esse quadro ganha ainda mais gravidade diante da escalada dos eventos climáticos extremos. Entre 2013 e 2024, os prejuízos econômicos registrados no país ultrapassaram R\$ 732,2 bilhões, atingindo 95% dos municípios brasileiros. Discutir o financiamento ambiental deixou de ser um debate sobre um tema acessório e tornou-se a garantia da capacidade concreta do Estado de prevenir danos, proteger vidas e responder de forma estruturada à crise climática.

Nos últimos anos, o planejamento estatal avançou ao reconhecer a centralidade dessa agenda, como evidenciado no Plano Plurianual (PPA 2024–2027), no qual a Agenda Transversal de Meio Ambiente está presente em 50 dos 88 programas finalísticos. Ainda assim, tais avanços institucionais esbarram na fragilidade da execução e na disputa por recursos. O orçamento climático precisa ser assumido definitivamente como um dever de casa e um investimento estratégico do Estado brasileiro, superando a dependência crônica de recursos externos e garantindo que o financiamento alcance os biomas, as cidades e as populações mais vulneráveis.

REALIDADE ATUAL

Apesar dos avanços na institucionalização da agenda, como os recordes de contratação pelo Fundo Clima em 2025, a identificação de centenas de ações orçamentárias na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024 e a instituição recente da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), ainda há obstáculos severos para consolidar uma base orçamentária previsível para a política ambiental. A realidade revela o esvaziamento das capacidades de financiamento, tensionado pelas regras do Novo Arcabouço Fiscal, pelo aprisionamento crescente do orçamento via emendas parlamentares, sem critérios de planejamento socioambiental integrado, e pela disputa de setores econômicos para capturar fundos estratégicos para finalidades alheias à pauta. Sem alocação adequada e contínua de recursos, marcos legais ou metas de sustentabilidade não terão efetividade e permanecerão no plano formal.

⁶ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). Panorama dos Desastres no Brasil: 2013 a 2024. Estudos Técnicos, 2025.

⁷ BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Agenda Transversal Meio Ambiente no PPA 2024–2027.

⁸ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Fundo Clima se consolida como principal fundo de financiamento à transformação ecológica no Brasil.

⁹ BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Agenda Transversal Meio Ambiente: Relatório Orçamentário.

¹⁰ BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 12.705, de 31 de outubro de 2025. Institui a Taxonomia Sustentável Brasileira.

Além disso, há gargalos que comprometem a capacidade de resposta pública nos territórios. Entre eles, destacam-se a ausência de mecanismos estáveis de repasse para estados e municípios, a insuficiência de recursos para políticas de adaptação e prevenção e a baixa prioridade orçamentária para agendas historicamente invisibilizadas. Alguns exemplos são: o resgate e cuidado de animais em desastres, as políticas de controle populacional por meio da castração e a gestão hídrica. Somam-se a isso distorções distributivas importantes, relacionadas à política de royalties e isenções em setores de alto impacto socioambiental, como a mineração, o que desafia a coerência entre financiamento público, justiça territorial e transição ecológica. Por isso, a atuação do Congresso Nacional no ciclo orçamentário é decisiva para impedir a captura dos recursos por lógicas clientelistas e interesses alheios às prioridades socioambientais, além de garantir ao Estado o fôlego fiscal necessário à transição ecológica.

PROPOSTAS DE AVANÇO

Para que seja possível fortalecer o financiamento da política ambiental de forma efetiva e descentralizada, o Congresso Nacional precisa ser ativo na defesa e promoção de pautas estratégicas, estruturantes e programáticas, tais como:

- Fortalecer fundos estratégicos, como o Fundo Clima e o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), assegurando escala, continuidade governamental e proteção contra contingenciamentos via Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Estabelecer critérios técnicos e republicanos para a destinação de emendas parlamentares, assegurando sua aderência às prioridades nacionais de mitigação, adaptação climática, resposta a desastres e conservação ambiental;
- Incorporar instrumentos da economia verde no ciclo de planejamento e orçamento público, utilizando a Taxonomia Sustentável Brasileira para orientar a alocação de recursos e induzir investimentos coerentes com a política ambiental;
- Criar mecanismos orçamentários que assegurem valor mínimo garantido para políticas de adaptação e mitigação climática, fortalecendo o federalismo climático mediante o repasse direto de recursos para estados e municípios;
- Assegurar dotação orçamentária contínua e detalhada para políticas essenciais, como a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e a infraestrutura de prevenção a eventos extremos;
- Assegurar financiamento contínuo para pautas estruturantes nos territórios, como políticas de proteção animal, resgate e cuidado de animais em desastres, controle populacional por meio da castração, gestão de resíduos e apoio à cadeia de catadores de materiais recicláveis;
- Revisar distorções fiscais, isenções tributárias e a política de royalties da mineração, corrigindo assimetrias distributivas sobre quem financia e quem arca com os custos socioambientais do atual modelo econômico;

- Promover maior transparência federativa sobre o gasto ambiental, criando mecanismos, em parceria com órgãos de controle, para auditar e acompanhar a efetividade dos investimentos realizados por estados e municípios.

DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

O avanço das propostas apresentadas neste eixo exige atuação coordenada no Congresso Nacional, combinando iniciativa legislativa, rigor na fiscalização do ciclo orçamentário e articulação institucional. O orçamento dos mandatos parlamentares precisa ter a política socioambiental de forma central, pois é assim que se define se a proteção ambiental terá meios concretos para sair do plano declaratório.

Nesse sentido, as frentes de atuação prioritárias são:

Ampliar a incidência legislativa com:

- Aumentar a disputa orçamentária para políticas ambientais e climáticas;
- Garantia de recursos para financiamento climático e transição energética;
- Inserção, no orçamento público, de instrumentos voltados à economia verde;
- Regulamentação e aperfeiçoamento de fundos e mecanismos financeiros já existentes;
- Atuação sistemática sobre PPA, LDO e LOA, buscando assegurar recursos compatíveis com a escala da crise climática e ambiental.

Intensificar a articulação política com:

- Ampliação da capacidade política de sustentar prioridades orçamentárias socioambientais no médio e longo prazo;
- Construção de lideranças parlamentares capazes de disputar a pauta do orçamento ambiental com consistência técnica e política;
- Aproximação institucional entre o Parlamento, órgãos de controle, como o TCU, e entes subnacionais para fortalecer e auditar a gestão descentralizada do gasto ambiental;
- Construção de coalizões transversais que articulem a agenda ambiental à pauta econômica, evitando o isolamento do setor no debate sobre a destinação de recursos públicos.

Promover uma narrativa pública estratégica que:

- Em um país que acumulou mais de R\$ 732 bilhões em prejuízos em pouco mais de uma década, investir em políticas ambientais é uma exigência de responsabilidade fiscal, econômica e social;

- Demonstre que financiar políticas ambientais não é gasto acessório, mas condição para garantir necessidades básicas, prevenção de perdas e desastres, proteção da vida e redução das desigualdades;
- Reivindique o sentido público do orçamento, denunciando capturas fisiológicas e afirmando que o financiamento deve atender às necessidades reais da vida, dos territórios e da justiça socioambiental;
- Desconstrir a ideia de que o dinheiro para o clima precisa vir apenas de fora, afirmando a responsabilidade do Estado brasileiro na alocação de verbas.

EIXO 5

Capacitação e Enfrentamento à Desinformação

DIAGNÓSTICO

Com o avanço e universalização da internet, o ambiente virtual se consolidou como uma das principais arenas do debate público. Porém, pela característica de informações rápidas e em larga escala, a informação nesse ambiente passou a ser um dos principais alvos de disputa, comumente utilizada como instrumento de convencimento político.

Exigem uma apuração cada vez mais rigorosa sobre sua veracidade. Por isso, o enfrentamento à desinformação se coloca como um eixo central para o avanço da agenda socioambiental no Brasil.

Interesses econômicos e políticos contrários à preservação ambiental apostam no ambiente virtual como estratégia para tecer narrativas de negacionismo climático. O objetivo é de impedir o avanço de políticas efetivas de preservação ambiental e mitigação dos efeitos da crise climática. Como efeito dessa atuação coordenada, uma pesquisa do Datafolha de 2025 revelou um aumento de 4% na parcela de brasileiros que nega os riscos das mudanças climáticas em relação ao ano anterior.

¹¹ BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Iniciativa Global para a Integridade da Informação sobre Mudança do Clima.

¹² SANTOS, Walmir Coelho da Costa. O impacto da desinformação digital na provisão de serviços ecossistêmicos essenciais à qualidade de vida. Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, v. 2, n. 33, 2023.

¹³ BATISTA, Everton Lopes. Parcela de brasileiros que nega risco das mudanças climáticas cresce para 9%, mostra Datafolha. Folha de S.Paulo, São Paulo, 02 maio 2025

REALIDADE ATUAL

Observa-se que as estratégias institucionais para comunicação pública qualificada sobre a agenda socioambiental ainda são limitadas frente às campanhas de desinformação climática. Esses tipos de narrativas simplificadas e/ou distorcidas tem como efeito deslegitimar a agenda e impedir o avanço de políticas públicas.

Nesse cenário, fica evidente que o fortalecimento de estratégias de comunicação e mobilização social é central para o avanço da agenda socioambiental. A construção de narrativas consistentes, baseadas em evidências e acessíveis à população, é fundamental para ampliar o alcance e aproximar essa agenda da sociedade.

A atuação estratégica na comunicação do movimento socioambiental é importante, mas, para além disso é necessário que o debate sobre responsabilização das plataformas digitais em relação a conteúdos falsos avance. E sejam implementados instrumentos normativos de combate à desinformação.

PROPOSTAS DE AVANÇO

O enfrentamento à desinformação requer uma atuação legislativa estratégica em pautas como:

- Promover o debate e a aprovação de marcos legais de regulamentação e responsabilização de plataformas digitais em relação à desinformação;
- Incluir na agenda legislativa do Congresso Nacional a aprovação de marcos legais voltados à educação ambiental e climática em meio digital;
- Promover campanhas de sensibilização sobre a crise climática que utilizem narrativas conectadas à realidade da população, de modo a democratizar o acesso à informação qualificada;
- Fortalecer mecanismos de transparência ativa sobre impactos ambientais e aplicação de recursos climáticos por parte de órgãos públicos;
- Garantir que o processo legislativo e o ciclo orçamentário sejam fundamentados em evidências científicas de instituições oficiais e haja suporte técnico qualificado no enfrentamento ao negacionismo climático.

DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

O enfrentamento à desinformação exige uma atuação que ultrapasse a arena legislativa, contemplando estratégias de mobilização social e de compartilhamento de informações climáticas baseadas em evidências. Para alcançar esse fim, algumas frentes prioritárias de atuação são:

Ampliar a incidência legislativa com:

- Articulação para a priorização de projetos de lei que tratam da regulamentação e responsabilização de plataformas digitais.

Intensificar a articulação política com:

- Mobilização coordenada em diversas frentes, como redes sociais e imprensa, para ampliar a visibilidade da agenda socioambiental.

Promover uma narrativa pública estratégica que:

- Conecte a defesa da agenda socioambiental às necessidades reais da população, como preço dos alimentos, segurança energética e saúde, para que gere engajamento da opinião pública;
- Combata campanhas coordenadas de desinformação climática com base em evidências e uso de linguagem acessível para a população.

EIXO 6

Defesa das florestas, animais, águas, oceanos e biomas estratégicos

DIAGNÓSTICO

A proteção das águas, dos oceanos e dos biomas estratégicos é central para a segurança hídrica, climática, alimentar e territorial do país. No Brasil, isso significa defender rios, bacias, zonas costeiras, áreas marinhas, fauna e territórios tradicionais diante do avanço de atividades predatórias e da fragilização de instrumentos de proteção. No tema água a pressão é concreta: em 2022, a retirada total estimada desse bem natural no país foi de 2.035,2 m³/s, e 84%. Essa quantidade se concentrou no uso da água para irrigação, no abastecimento urbano e na indústria, evidenciando uma disputa pelo consumo.

REALIDADE ATUAL

Hoje, essa agenda enfrenta pouca atenção no Legislativo, lacunas regulatórias e forte pressão nos ecossistemas. Na faixa costeira, o país mapeou 1.229.644 hectares de manguezais (82% em unidades de conservação), mostrando a relevância estratégica em manter a proteção desse bioma. No mar, cerca de 26% da zona econômica exclusiva está protegida por Unidades de Conservação, mas a disputa regulatória segue aberta. Embora o desmatamento no Brasil tenha registrado reduções recentes, o país ainda convive com índices alarmantes de degradação, impulsionados pela expansão agropecuária desordenada, pela extração ilegal de madeira e pela escalada dos incêndios florestais.

¹⁸ BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil atualiza informações sobre águas do país.

¹⁹ BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Ibama e MMA lançam novo mapeamento e identificam 1,2 milhão de hectares de manguezais no Brasil.

²⁰ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas

²¹ INSTITUTO TRATA BRASIL. Dia Mundial da Água: falta impacta 32 milhões.

Apesar da abundância natural, o Brasil enfrenta um quadro persistente de insegurança hídrica e desigualdade no acesso à água, com mais de 32 milhões de brasileiros sem acesso à água tratada. Simultaneamente, o Congresso Nacional é palco de ameaças ativas: projetos para autorizar mineração em Unidades de Conservação e em Territórios Indígenas, privatização de praias e liberação da mineração ultramarina. Somado a isso, o atual modelo produtivo impõe níveis alarmantes de crueldade e invisibilidade aos direitos animais, exemplificados pela manutenção da exportação de gado vivo e pelo abate de jumentos.

PROPOSTAS DE AVANÇO

Neste sentido, para que seja possível fortalecer a proteção dos biomas, o Congresso Nacional precisa assumir um papel ativo na defesa e promoção de pautas estratégicas, tais como:

- Aprovar marcos constitucionais e legais essenciais para a segurança hídrica e territorial, como a PEC da Água (PEC 06/2021) e a Política Nacional de Proteção de Rios (PL 2842/2024);
- Garantir a proteção integral dos oceanos e zonas costeiras por meio da aprovação da Lei do Mar, do reconhecimento dos territórios pesqueiros tradicionais e atuar para bloquear retrocessos legislativos nessas áreas e em outros territórios ambientalmente sensíveis.
- Impedir que temas como mineração ultramarina, privatização das praias, fragilização do licenciamento ambiental marinho e redução de proteção em unidades de conservação nesses locais;
- Fortalecer a pesca artesanal e consolidar instrumentos de proteção social, econômica e territorial para comunidades pesqueiras, reconhecendo sua centralidade para a segurança alimentar, para a conservação costeira e para a justiça territorial;
- Instituir o Desmatamento Zero até 2030 em lei, acompanhado do fortalecimento irrestrito da regularização fundiária de territórios tradicionais (indígenas e quilombolas);
- Fortalecer a defesa da Lei do Pantanal e a capacidade institucional para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e dos planos de bacia;
- Delimitar territórios livres de mineração e assegurar, em lei, que todas as operações extrativistas respeitem obrigatoriamente o direito de Consulta Livre, Prévia e Informada (Convenção 169 da OIT), com garantia prévia para os planos de fechamento de minas;
- Fortalecer instrumentos de proteção da fauna, com medidas voltadas à criação de corredores ecológicos, ao combate ao tráfico de animais silvestres e à conservação integrada dos ecossistemas;
- Ampliar a participação de comunidades pesqueiras, povos tradicionais e atores territoriais nos debates legislativos e nos processos de formulação e implementação das políticas públicas ligadas à água, ao mar e aos biomas.

DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

O avanço das propostas apresentadas neste eixo exige atuação coordenada no Congresso Nacional, combinando incidência legislativa, articulação política e disputa narrativa. A proteção das águas, dos oceanos e dos biomas estratégicos precisa ocupar lugar central no debate sobre desenvolvimento, soberania, justiça territorial e segurança climática.

As frentes de atuação prioritárias para a pauta são:

Ampliar a incidência legislativa com:

- Atuação firme contra propostas legislativas que fragilizem os direitos constitucionais de povos e comunidades tradicionais, o licenciamento ambiental marinho e os limites das Unidades de Conservação;
- Promoção de pautas propositivas no debate parlamentar, como a Lei do Mar, com base em fundamentação técnica e política robusta, capaz de antecipar o debate público e impedir que narrativas adversas ditem os termos da discussão;
- Fortalecimento da agenda hídrica no Legislativo e uso de seus instrumentos para cobrar a implementação descentralizada da Política Nacional de Recursos Hídricos em todos os estados.

Intensificar a articulação política com:

- Construção de articulação ampla com lideranças partidárias para aprovação de pautas estratégicas;
- Fortalecimento da participação de comunidades pesqueiras, povos tradicionais e organizações da sociedade civil no debate legislativo;
- Aproximação entre conhecimento técnico, base social e liderança parlamentar em consonância com a experiência acumulada pela agenda oceânica.

Promover uma narrativa pública estratégica que:

- Afirme que água, oceanos e biomas estratégicos não são temas setoriais, mas bases materiais da vida, da economia e da segurança climática;
- Evidencie que a proteção desses territórios é também proteção de direitos, de modos de vida e da soberania nacional;
- Amplie o apoio público à agenda hídrica, oceânica e de conservação, enfrentando narrativas que naturalizam a exploração predatória e a flexibilização ambiental;
- Traduza a crise hídrica, a proteção dos oceanos e a defesa dos biomas em linguagem acessível, mostrando seus impactos sobre abastecimento, alimentação, trabalho, biodiversidade e desigualdades sociais.

ESTRATÉGIAS PARA AVANÇAR A AGENDA

A COMUNICAÇÃO COMO TRINCHEIRA NA DISPUTA PELO FUTURO CLIMÁTICO

Para mobilizar a sociedade e colocar o clima no centro das decisões do Brasil, é preciso reconhecer que a comunicação vai além do repasse de informações técnicas: ela é o espaço onde se constroem valores e referências sobre o meio ambiente. Sabemos que construir narrativas eficazes implica disputar os sentidos simbólicos, sociais e políticos dessa crise. Esse documento nasce com a urgência em alinhar a nossa voz para transformar a realidade.

Para ampliar o apoio popular à agenda socioambiental, nossa missão histórica tem sido ajustar o debate teórico da academia e traduzir a emergência climática para o cotidiano das pessoas. A crise do clima não é um gráfico incompreensível. Ela é, na prática, o aumento do custo de vida, a falta de acesso à água, à energia, a insegurança alimentar batendo à porta, a piora na saúde pública e a precarização das condições de moradia. Quando a comunicação em rede dialoga com a realidade, humaniza os efeitos da crise, o meio ambiente deixa de ser um nicho e passa a gerar identificação, engajamento e ganha legitimidade social.

No processo de comunicação estratégica, precisamos adaptar nossa linguagem e enquadrar a mensagem para enfrentar de frente as mentiras que historicamente fragilizam a luta. Como, por exemplo, a falsa oposição entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Nossa mensagem precisa enfatizar que a agenda socioambiental é a única via possível para o desenvolvimento, pois é ela quem garante a geração de empregos justos, a redução das desigualdades e a transição para uma economia que sustente a vida.

Tudo isso deságua no coração da nossa militância: a justiça climática. Sabemos que os impactos dessa crise não se distribuem de forma igual; eles atingem de forma devastadora quem já é marginalizado. Dar visibilidade às realidades dos territórios mais vulnerabilizados e escancarar as desigualdades estruturais é o que dá força à nossa pauta. Mais do que apenas informar, fazemos um chamado para estruturarmos uma narrativa coletiva implacável, capaz de orientar a ação política, pressionar as decisões institucionais e mobilizar o Brasil. O futuro está em disputa e a nossa comunicação é a arma para vencê-la.

Leonardo Aragão

Jornalista e militante socioambiental

Assessoria do Deputado Federal Nilto Tatto

MOBILIZAÇÃO, NARRATIVA E TERRITÓRIO: ESTRATÉGIAS PARA AVANÇAR A AGENDA SOCIOAMBIENTAL

A estratégia para avançar na agenda socioambiental requer, primordialmente, o fortalecimento de quem ocupa a linha de frente no enfrentamento às emergências climáticas. Grupos socialmente vulnerabilizados e minorizados, com destaque para as juventudes e crianças em suas múltiplas diversidades, já protagonizam ações de resiliência em seus territórios. Essa atuação reitera a perspectiva de Lélia Gonzalez: é preciso reconhecer que o corpo que atravessa as vulnerabilidades é o mesmo que produz saber e tecnologia de sobrevivência. Portanto, nossa base é a construção coletiva, fundamentada na escuta e na valorização dos saberes territoriais.

Nesse sentido, a atuação nos meios de comunicação deve transcender o ato de informar para fomentar a autonomia e disputar o imaginário coletivo. Transformar a agenda em participação social exige que os processos comunicacionais sejam descentralizados e cheguem na base. A experiência do Engajamundo demonstra que a mobilização se fortalece quando há investimento simultâneo em três frentes complementares:

- Formação política e comunicacional, por meio de ciclos formativos como "Entre Crises e Caminhos", que traduzem debates globais em linguagem acessível;
- Criação de ferramentas de comunicação territorializadas, como glossários e materiais educativos construídos coletivamente com diferentes grupos da rede;
- Estruturação de fluxos descentralizados de produção, como o uso de formulários internos que permitem que demandas locais sejam rapidamente transformadas em campanhas e conteúdos estratégicos.

Um exemplo concreto dessa estratégia foi o apoio à mobilização sobre os impactos socioambientais de data centers em Caucaia (CE), em que demandas de um núcleo local foram convertidas em conteúdos digitais acessíveis (carrosséis e vídeos), ampliando o alcance do debate e fortalecendo a incidência territorial. Sendo assim, a mobilização real ocorre quando os territórios detêm ferramentas para criar suas próprias narrativas, rompendo estereótipos e discursos hegemônicos por meio do combate à desinformação. Nesse processo, a comunicação deixa de ser apenas difusão e passa a ser infraestrutura de participação.

A materialização dessas narrativas ocorre na intersecção entre a vivência territorial e a incidência política em instâncias de governança. v processos de formação interna e escuta ativa, traduzimos debates globais complexos (como COP30, G20 e BRICS) em ação local direta, garantindo que temas como transição ecológica, adaptação climática e financiamento sejam pautados sob a perspectiva da justiça climática. Além disso, direcionamos as demandas latentes das juventudes, com foco no combate ao racismo

ambiental e na promoção da equidade de gênero, em contribuições qualificadas para conferências internacionais, fóruns nacionais e diálogos com o setor público. Essa atuação é potencializada por redes de parceria com a sociedade civil, assegurando que as pautas de cada bioma ganhem escala e as vozes dos territórios ecoem em diferentes ambientes de decisão.

Por fim, a participação social duradoura consolida-se a partir da sistematização do conhecimento. A experiência do Engajamundo evidencia que a criação de ferramentas pedagógicas, como guias, trilhas formativas e materiais de referência, é fundamental para garantir continuidade e escala às estratégias de mobilização. Nesse sentido, sistematizar metodologias de comunicação popular, registrar aprendizados e construir memória política coletiva são etapas essenciais para que as práticas desenvolvidas possam ser replicadas, adaptadas e fortalecidas em diferentes territórios e ciclos de incidência.

Ana Laíse Siqueira de Andrade

Coordenadora do Laboratório de Comunicação do Engajamundo

Itallo Ruan Leite Martins

Coordenador do Laboratório de Comunicação do Engajamundo

Existe um tradicional abismo entre a relação da sociedade, suas demandas e as prioridades do Congresso Nacional. A agenda socioambiental é um dos exemplos mais cla-

FORTALECER A RELAÇÃO ENTRE REPRESENTANTES E REPRESENTADOS: MOBILIZAÇÃO, PRESSÃO E INCIDÊNCIA COORDENADA NO LEGISLATIVO

ros disso. Mesmo com urgência climática, campo socioambiental organizado e com lastro técnico, pressão internacional e COP no Brasil, o que avança no Legislativo muitas vezes responde mais a interesses econômicos dos setores produtivos do que às necessidades dos territórios do país, sobretudo os mais afetados.

Trata-se de um problema de desenho institucional que não se abre à sociedade como um todo e, sobretudo, um problema de correlação de forças por conta do poder do lobby privado.

No Congresso, pautas avançam quando há pressão suficiente para gerar custo de imagem, perda de votos, reorganizar prioridades e forçar tomada de decisão, a despeito de serem justas. Entramos nesse processo como agentes de disputa, com estratégia e articulação.

Fortalecer a relação entre representantes e representados passa por organizar essa capacidade de pressão de forma estratégica, coordenada e contínua.

No NOSSAS, uma das formas de fazer isso é por meio da nossa plataforma de participação cívica, o BONDE, uma tecnologia cívica. É através dela que estruturamos campanhas que conectam diretamente a população aos processos legislativos. As pessoas são acessadas pelas nossas bases, sobretudo por e-mail, WhatsApp e Instagram, a partir de temas legislativos que estamos mobilizando e são convidadas a agir, pressionar parlamentares, assinar

petições, enviar mensagens ou participar de mobilizações. Veja o exemplo do PL da Devastação: www.pldadevastacao.org

Na medida em que essas pessoas entram na base, construímos uma relação contínua de engajamento e atualização sobre a tramitação das propostas. É um processo de acompanhamento, informação e ativação constante. Isso fortalece o vínculo entre representados e decisões políticas, transformando interesse em ação organizada.

No caso das petições, por exemplo, não apenas coletamos assinaturas. Construímos uma estratégia de incidência em conjunto com a coleta. As assinaturas são entregues diretamente aos alvos no Congresso Nacional, no Palácio do Planalto ou em espaços institucionais relevantes, como forma de materializar o volume de participação cívica. Fizemos isso em campanhas como Sem Anistia e no licenciamento ambiental, levando esse volume diretamente aos tomadores de decisão.

Essa é uma forma efetiva de incidência que mostra que existe base social mobilizada, dá visibilidade política a essa mobilização e, com isso, aumenta o custo político das decisões. Quando milhares ou milhões de pessoas se posicionam de forma coordenada, ignorar essa pressão passa a ter um preço.

Nossa experiência no NOSSAS na construção de campanhas nacionais mostra que a incidência política não é uma frente isolada. A incidência robusta concii-

lia mobilização de base, narrativa pública com comunicação e articulação institucional. A base dá volume e legitimidade. A narrativa organiza sentido, simplifica o debate e amplia o alcance. E o advocacy conecta essa pressão aos espaços onde a decisão de fato acontece. A comunicação, nesse processo, é central. Trabalhamos com narrativas simples, nomes acessíveis e linguagem popular. A escolha de como nomear uma campanha, como enquadrar o problema e como apresentar a solução é parte da estratégia de incidência. O objetivo é traduzir temas complexos em algo compreensível e mobilizador para a população.

Os detalhes técnicos são fundamentais, mas entram dentro de um arcabouço maior, especialmente na relação com tomadores de decisão e na construção de argumentos qualificados. Para mobilizar, é preciso primeiro conectar. E isso exige uma comunicação que seja, ao mesmo tempo, compreensível, forte e com identidade própria. A estética da campanha, a linguagem e os canais utilizados fazem parte dessa construção.

Uma das estratégias mais importantes nesse processo é a construção de pressão pública direcionada. Para além de engajar pessoas, é direcionado essa energia para objetivos políticos concretos. Campanhas são construídas com alvo, meta e timing. Ações como petições, envio massivo de e-mails, marcações em redes sociais e mobilizações sincronizadas ganham força quando estão conectadas a momentos-chave da tramitação legislativa. Pressão no momento certo muda voto, trava retrocesso ou acelera decisão.

Outro ponto central é a definição estratégica de alvos. Relatores, presidências de comissão, lideranças partidárias e o Executivo concentram poder sobre o andamento

das pautas. Saber onde pressionar é tão importante quanto saber como pressionar.

A integração entre mobilização e articulação institucional também é decisiva. Pressão digital sozinha pode ser dissipada e virar apenas barulho, e a incidência institucional sem base mobilizada não ganha participação popular nem escala. Uma base ativa que pressiona, ao mesmo tempo em que há atuação direta nos gabinetes, nas comissões e nos espaços de decisão, gera impacto capaz de mudança institucional.

Isso significa transformar engajamento em ação política institucional, como reuniões com parlamentares respaldadas por mobilização, entregas públicas de campanhas, ações simbólicas que geram repercussão e aumentam o custo político das decisões.

Outro fator importante é a construção de coalizões amplas. Nenhuma organização, isoladamente, dá conta de disputar agenda no Congresso. É a articulação entre movimentos, organizações, especialistas, comunicadores e influenciadores que permite escalar pressão, unificar a narrativa e ocupar diferentes frentes ao mesmo tempo. Em todas as nossas campanhas buscamos construir uma força sinérgica com organizações do campo.

Experiências recentes mostram que campanhas bem estruturadas conseguem influenciar o processo legislativo. O fim da escala 6x1 e Criança Não é Mãe são grandes exemplos.

Fortalecer a relação entre representantes e representados também passa por avançar em dimensões estruturais, como ampliar transparência, qualificar canais de participação, traduzir o funcionamento do

Congresso para a população e fortalecer a organização da sociedade civil nos territórios. Por fim, democratizar o Legislativo é disputar o poder.

E isso exige estratégia, coordenação e capacidade de mobilização. A sociedade civil precisa estar organizada não apenas para reagir, mas para pautar, pressionar e sustentar agendas ao longo do tempo.

É assim que a relação entre representantes e representados deixa de ser mera burocracia e passa a ser política real, com efeito na vida das pessoas e da natureza.

Lucas Louback Silva

Gestor de campanhas e advocacy no NOSSAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise climática já não se apresenta como um desafio futuro, mas como uma realidade concreta que atravessa o cotidiano da população, impacta os territórios e redefine as bases do desenvolvimento no Brasil. Diante desse cenário, a resposta do Estado brasileiro não pode ser reativa ou periférica. É necessário consolidar uma atuação estruturada, capaz de articular políticas públicas, instrumentos legislativos e estratégias de financiamento que estejam à altura da dimensão da crise.

O Parlamento ocupa posição central nesse processo. Suas decisões definem não apenas os marcos legais que orientam a política ambiental, mas também as prioridades orçamentárias, os mecanismos de governança e o próprio modelo de desenvolvimento que será adotado pelo país. Em um contexto de intensas disputas políticas e pressões econômicas, cabe ao Poder Legislativo assumir um papel ativo na construção de soluções, protegendo direitos, evitando retrocessos e garantindo que a agenda socioambiental esteja no centro das decisões nacionais.

O Mapa do Caminho para a Agenda Legislativa Socioambiental se insere nesse contexto como um instrumento de orientação política e de articulação estratégica. Mais do que reunir propostas, o documento organiza uma agenda integrada, construída a partir da escuta dos territórios, da contribuição de especialistas e da atuação dos Grupos de Trabalho da Frente Ambientalista, oferecendo diretrizes para a atuação parlamentar e para a incidência da sociedade civil.

Seu propósito não se encerra na publicação, mas se projeta na prática. Trata-se de um instrumento vivo, que deve ser apropriado por mandatos, assessorias, organizações e demais atores comprometidos com a agenda socioambiental, contribuindo para qualificar o debate público, orientar decisões e fortalecer a construção de respostas efetivas à crise climática.

Diante da urgência do tempo presente, não há espaço para omissão. A construção de um país justo, resiliente e sustentável depende da capacidade de transformar diagnósticos em ação, prioridades em políticas públicas e compromissos em resultados concretos. Este Mapa do Caminho é, portanto, um convite à atuação urgente no Parlamento, nos territórios e na sociedade, para garantir que a proteção da vida e do futuro do Brasil ocupe posição central no debate público e na ação política.

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Frente Parlamentar Mista Ambientalista

COORDENAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA AMBIENTALISTA

Deputado Nilto Tatto – Coordenador na Câmara dos Deputados

Senadora Eliziane Gama – Coordenadora no Senado Federal

ORGANIZAÇÃO GERAL

Lídia Parente Bucar – Secretária Executiva da Frente Parlamentar Mista Ambientalista

Leonardo Aragão – Assessoria Legislativa e de Comunicação (Gabinete do Coordenador)

ORGANIZAÇÃO DE APOIO

Legisla Brasil

ORGANIZAÇÃO, PESQUISA E REDAÇÃO

Ian Coêlho Nunes Araujo – Assessoria Técnica Legislativa

Rodrigo Marcelino Andrade – Assessoria Técnica Legislativa

Ana Clara Alves Silva – Coordenadora de Estratégia Política e Operações na Legisla Brasil

Daniele Louzeiro – Gestora de Mandatos e Especialista em Coalizões na Legisla Brasil

Igor Sousa – Trainee na Legisla Brasil

Arão Mota – Trainee na Legisla Brasil

Ana Laíse Siqueira de Andrade – Coordenadora do Laboratório de Comunicação do Engajamundo

Itallo Ruan Leite Martins – Coordenador do Laboratório de Comunicação do Engajamundo

Lucas Louback Silva – Gestor de campanhas e advocacy no NOSSAS

ORGANIZAÇÕES COLABORADORAS

Engajamundo

NOSSAS

REVISÃO DO CADERNO

Gabriel Adami – Assessoria Técnica Legislativa

Izabel Honorato – Assessoria Técnica Legislativa

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA AMBIENTALISTA

Larissa Nunes – Jornalista da Frente
Parlamentar Mista Ambientalista

Tainá Andrade – Jornalista da Frente
Parlamentar Mista Ambientalista

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Naomí Leal – Design Gráfico

GRUPOS DE TRABALHO

GT ÁGUA

Coordenador: Deputado Bohn Gass
Secretário-Executivo: Angelo Lima (Observatório das Águas)

GT ANIMAL

Coordenador: Deputado Matheus Laiola
Secretária-Executiva: Antoniana Ottoni (Humane World for Animals)

GT CERRADO

Coordenadora: Deputada Dandara
Secretárias-Executivas: Ana Paula Ferrão e Ingrid Silveira (Rede Cerrado)

GT CLIMA

Coordenadora: Deputada Talíria Petrone
Secretárias-Executivas: Mariana Lyrio e Adriana Pinheiro (Observatório do Clima) e Clarissa Presotti (WWF Brasil)

GT EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Coordenador: Deputado Chico Alencar

GT EMPRESAS

Secretário-Executivo: Victor Bicca (Instituto Observatório Parlamentar Socioambiental)

GT ENERGIAS RENOVÁVEIS

Coordenador: Deputado Fernando Mineiro
Secretária-Executiva: Cecília Oliveira (ClimateInfo)

GT JUVENTUDES

Coordenadora: Deputada Natália Bonavides
Secretário-Executivo: Gabriel Adami

GT MAR

Coordenador: Deputado Túlio Gadelha
Secretária-Executiva: Letícia Camargo (PainelMar)

GT PANTANAL

Coordenadora: Deputada Camila Jara
Secretária-Executiva: Luciana Leite (Environmental Justice Foundation)

GT QUESTÕES URBANAS

Coordenadora Deputada Tábata Amaral
Secretário-Executivo: Ícaro Santana (Instituto de Defesa do Consumidor)

GT RACISMO AMBIENTAL

Coordenadora Deputada Carol Dartora
Secretária-Executiva: Maíra Rodrigues (Instituto de Referência Negra Peregum)

GT ORÇAMENTO - Secretária-Executiva: Alessandra (Instituto de Estudos Socioeconômicos)

GT MINERAÇÃO - Coordenador: Deputada Célia Xakriabá
Secretária-Executiva: Raiara Pires (Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração)



Frente Parlamentar Mista
Ambientalista